

Jürgen Habermas: algumas considerações em torno do conceito de Verdade e outras descobertas na prática reflexiva da sala de aula

Jürgen Habermas:
some considerations around
the concept of Truth and other
discoveries on a reflective
practice in the classroom

Geder Luis Parzianello

Doutor em Comunicação Social pela PUC-RS e pós-doutor em Ciência Midiática Medienwissenschaft pela Universität Paderborn, Alemanha. Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Pampa. Tem experiência na área de Comunicação com ênfase em Teorias da Comunicação, atuando em temas como mídia e linguagens, retóricas do discurso e jornalismo.

RECEBIDO EM: 11/05/2013

ACEITO EM: 20/01/2014

PERSPECTIVAS

RESUMO

O texto oferece uma reflexão sobre o ensino de Filosofia da Comunicação a partir de experiências efetivas de sala de aula e de apontamentos nascidos dos debates com estudantes universitários. Toma a questão da Verdade como central no campo do Jornalismo e enquanto um tema para aplicação por método filosófico no interesse da formação de profissionais de Comunicação Social e de áreas afins nas Ciências Sociais. Propõe caminhos de abordagem filosófica tendo o pensamento de Jürgen Habermas como sugestão didática.

PALAVRAS-CHAVE: Habermas; verdade; jornalismo.

ABSTRACT

The text offers a reflection on the teaching of Philosophy of Communication from experience in effective classroom notes and born of discussions with students. It takes the issue of truth as central to the field of journalism and as a subject for philosophical method by applying the interest of the study in social communication and related fields in the social sciences. It proposes ways of philosophical approach with the thought of Jürgen Habermas as a teaching suggestion.

KEYWORDS: Habermas; truth; journalism.

O emprego do termo descobertas no título deste artigo é absolutamente providencial. Ele sintetiza o sentido das práticas no ensino de Filosofia da Comunicação e de Filosofia do Jornalismo desde a Graduação, sublinhando a pedagogia de inspiração freireana que parte do conhecimento do aluno para pensar o mundo. Trabalhar com o ensino de Filosofia da Comunicação em cursos de graduação em Jornalismo é um desafio indissociável da formação verdadeiramente crítica e de valor emancipatório, desejável em toda boa proposta curricular, de modo que o ato de descobrir se torne mais importante que ensinar e signifique a real tradução do sentido de aprender.

Com efeito, a realidade nunca está dada por completo. Como dissera a personagem Romualdo, em **Grande Sertão: Veredas**, por Guimarães Rosa, “o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas” (Rosa, 1994, p. 24-25). Descobrir o mundo está na relação direta de um sentimento de reencanto com a vida e com as coisas, tanto as ignoradas quanto as que erroneamente são tidas como já sabidas, falsamente pensadas como se já conhecidas por cada um de nós. Pensamos que conhecemos a verdade, supomos compreendê-la, vivemos impregnados de uma sensação, sempre frágil de que sabemos discernir entre o real e o irreal, entre a verdade e a mentira.

Sobretudo no campo do Jornalismo, esta sensação parece habitar o espírito de quem vive o trabalho com a informação e se reveste de certa presunção sobre a capacidade interpretativa. Mas o fato é que precisamos desconfiar sempre mais da afirmação em torno da verdade, não apenas para que o produto resultante do trabalho profissional em Comunicação Social seja mais qualificado, mas também e principalmente para que se possa de fato pensar sobre ele, de modo sistemático, por método filosófico, desde as aulas da faculdade, num incessante ensaio da relação dos sujeitos com seu mundo e, assim, buscar a desejada emancipação cidadã e a autonomia crítica. As escolas de formação, nesse sentido, precisam exercer o equilíbrio entre a formação excessivamente tecnicista e o caráter humanístico e cultural, essencial e indispensável à construção de novos jornalistas, discussão absolutamente bem-vinda em tempos de reconstrução de diretrizes curriculares nacionais e de revisão de propostas de ensino de Jornalismo em plena tarefa nas universidades em todo o País.

Ocorre que os novos paradigmas escolásticos ainda se revestem muito pouco de uma oferta efetivamente mais crítica e fundamentada aos sujeitos em formação. Sousa (2001, p.29) chega a afirmar que “na pós-modernidade, ou nessa transição para a pós-modernidade, a escola não está conseguindo se transformar num modelo de referência”. Para o autor, talvez isso seja, de fato, o mais importante nos dias atuais, nessa busca renovada de um projeto pedagógico: “a questão não é mais apenas entender e utilizar as tecnologias na escola, e sim resgatar o sentido que dá origem ao uso das tecnologias, a presença, o estar presente”. (idem)

Em disciplina complementar no ensino de graduação em Jornalismo, vimos trabalhando esta consciência com a valorização crescente do elemento presencial para a discussão qualificada dos textos propostos em Filosofia da Comunicação. A perspectiva dialética de um processo de construção do conhecimento é fortemente marcada, seja pela arguição de pontos de vista contrários, seja pela renovação sempre atualizada de elementos, de aspectos ou tópicos, ou ainda pela variação de autores, textos e seus argumentos. Pensar a Filosofia da Comunicação é pensar não apenas a razão última da existência do sujeito em si mesmo, e sua correlação com o mundo a sua volta, mas

uma série de questões-problema que se fazem sentir nas práticas profissionais e ou que se revelem tanto mais significativas à inquietação de quem perceba contradições entre dogmas e práticas, entre o conjunto de crenças que, de certa forma, sustentam a deontologia da profissão de jornalista e a efetiva ocorrência de condutas no cotidiano do mercado de trabalho.

Ao novo homem midiático, bípede, curvado sobre um teclado ou uma *touch screen*, não lhe basta tão somente que tenha as mesmas habilidades de antes, nem que apenas saiba aprender sobre elas, podendo usá-las, mas que saiba o que fazer com elas, que efeitos gerar, que possibilidades admitir, que riscos correr, sem que a comunicação se torne ineficiente ou ineficaz. Da mesma forma, assim se posicionava o filósofo alemão Friedrich Nietzsche, no século passado, ao anunciar a necessidade de novas habilidades a novas civilizações:

O tempo do bem falar passou, porque o tempo das civilizações citadinas passou. O último limite que Aristóteles permitia à grande cidade – era preciso que o arauto ainda estivesse em condições de se fazer ouvir por toda a comunidade reunida – esse limite nos aflige tão pouco quanto em geral nos afligem ainda comunidades citadinas, a nós que queremos, nós mesmos, ser entendidos para além dos povos. Por isso, agora, todo aquele que tem a mentalidade do bom europeu tem de aprender a escrever bem e cada vez melhor (Nietzsche, 1983, p. 146).

A escola vem repensando o conjunto de habilidades que parecem necessárias às exigências de nosso tempo. Uma delas, e a mais importante, talvez seja, de fato, a capacidade analítica. Sujeitos capazes de estabelecer relações e pensamentos complexos conseguem realizar tarefas simples, mas o inverso jamais é verdadeiro. Quando formamos sujeitos habituados apenas ao domínio de técnicas e processos, alijamos suas mentes de uma autonomia que é, em síntese, a razão de todo processo educativo, à medida que não represente a emancipação dos sujeitos.

Ter opiniões é mesmo muito fácil. No entanto, organizá-las num sistema de racionalidade minimamente fundamentado requer tempo, dedicação, empenho e método. Requer, sobretudo, a inclinação, por parte dos agentes no processo, para mudanças, além de flexibilidade, inteligência emocional e disposição para o diálogo e para a comunicação baseada nas vontades e que proponha mais que apenas oportunizar o exercício opinativo. Certamente, como escrevera Nietzsche (1983, p.150), “não nos deixaríamos queimar por nossas opiniões: não estamos tão seguros delas. Mas, talvez, por podermos ter nossas opiniões e podermos mudá-las”. Na égide de novas consciências, o caráter de liberdade de posição, crença e entendimento é condição de autonomia indispensável à transcendência.

Uma formação em Jornalismo que prescindia do espaço legítimo da discussão fundamentada e suficientemente crítica acaba por ser uma prática de ensino meramente repassador de um conjunto de técnicas e falsas consciências ou, ainda, um ensino alicerçado em discussões superficiais, conjunturais e sem historicidade, sem conhecimento de causas diversas e sem amparo em razoáveis argumentos ou efetiva crítica fundamentada.

Criticidade existe por toda parte, sem dúvida, mas é fácil reconhecer a discussão alicerçada em argumentos em oposição àquela meramente baseada em impressões e opiniões. A escola precisa fomentar a criticidade com genuína capacidade de análise,

com responsável manifestação crítica e com mínima clareza sobre o estado evolutivo do debate em dada tradição, história e cultura. E a leitura qualificada, metodologicamente orientada, é o caminho mais seguro de poder oportunizá-la. A questão é em que bases esta capacidade crítica se encontra efetivada: se apenas motivada pelas circunstâncias dos acontecimentos e margeada nas propostas de ensino, dispostas em formatos transversais aos eixos de formação, como se a existir uma realidade acadêmica distinta da realidade do mundo da vida, ou de forma sistemática, institucionalizada e reconstruída pelos sujeitos, motivados de fato em aprender a aprender.

O estudo da Filosofia no âmbito da Comunicação tem propriamente um primeiro caráter metafilosófico, de justificativa em si mesmo, quando encarna o ideal emancipatório dos sujeitos pela provocação da reflexão crítica apoiada em um método – e tanto melhor que seja o método filosófico, à medida que só ele oferece a abertura necessária ao conhecimento enquanto base da construção humana em progresso. Mas há também um valor decorrente, e ainda mais significativo, que está na reflexão ordenada de elementos, dos valores, fatos e contextos, dos dispositivos até, de aspectos e suas nuances, concernentes ao mundo da vida, capazes de emprestar ao produto jornalístico outros valores simbólicos, inesperados até mesmo a quem o interprete quase ingenuamente ou como consumidor imediato de informação. Pensar o mundo pela Filosofia da Comunicação é construir uma capacidade de dizer sobre ele, de reinterpretá-lo, de desconfiar da explicação aparente, da conclusão óbvia, da verdade dita como sendo suficientemente apurada.

A questão da verdade, aliás, é absolutamente central, como sabemos, no domínio do Jornalismo, pelo que marca os eixos de atenção formal de Teorias do Jornalismo. O elemento da verdade em jornalismo tem dupla acepção: primeiro porque sustenta a ânsia pelo descobrir que funda a atividade investigativa em favor da informação mais fiel aos fatos e, segundo, porque fornece ao Jornalismo o dispositivo de se referenciar socialmente, buscando reconhecimento social em torno do seu valor, finalidade e utilidade. De que outra forma teria algum sentido a informação se não se creditasse a ela a possibilidade de verdade ou a verossimilhança em que se apoia toda a prática profissional de quem trabalha com a notícia?

Dos apontamentos de sala de aula e considerando alguns dos mais profícuos debates com estudantes universitários em torno da Verdade, podemos tomá-la aqui enquanto elemento motivador da construção de uma consciência quase sempre nova ao estudante de graduação: a consciência sobre a impossibilidade do pensamento atual, contemporâneo, de formatar o absoluto, de dizer as coisas de forma conclusiva e ou de mapear o conhecimento como algo completo, enquanto algo dado, à moda do que tão longa e fortemente defenderam aqueles que pensaram a partir do paradigma positivista nas ciências. Cada vez mais, o circunstancial assume a verossímil condição de verdade e não é sempre tão fácil aprender a vivenciar esta consciência, que requer um olhar novo, uma mentalidade nova e novas formas de pensar e operar a linguagem.

Gomes é bastante claro a este respeito, quando trata de apontar os limites que carregamos e dos quais devemos nos desprender, assumindo que esta tarefa não é de fato nada fácil:

O previamente disposto, os espaços gnosiológicos em que nos locomovemos, pede nossa atenção em sua propriedade funcional despreendida das circunstâncias. Antes que, perdidos nestas, deixemos de anotar a operação limite da linguagem (Gomes, 2004, p.23).

O ensino de Filosofia nos cursos de Comunicação Social não tem sido uma prática muito frequente, além do que, parece ainda ser muito presente a falsa dicotomia entre teorias e práticas, como que a separar o sujeito que faz do sujeito que pensa. Há que se considerar efetivamente que os conceitos estão de fato em constante mutação e que nisso reside a força antes que a fragilidade de um sistema teórico. Disso resulta pensar que este não é decididamente um tempo de conclusões e de pensamentos fechados, senão um tempo de abertura tanto a novas concepções quanto a novas pedagogias.

Ao estudante universitário pode parecer, não raro, que todas as verdades já tenham sido ditas e ou que não lhe seja possível questionar o que esteja posto pelo pensamento articulado de quem é especialista no que diz. Aos poucos, o emprego de uma pedagogia efetivamente reflexiva a partir da leitura orientada de textos em autores específicos é capaz de reverter a falsa noção sobre estes dois aspectos e permitir ao estudante não apenas que formule novos pensares, que seja capaz de confrontar organizadamente diferentes dizeres, mas também e principalmente passar a compreendê-los não enquanto entidades soberanas, intocáveis, prontas e acabadas.

Deleuze (1998, p.184) chega a lembrar que “existe uma repetição como potência do conceito: é o ajuste de uma região a outra. E esse ajuste é uma operação indispensável, perpétua, o mundo como colcha de retalhos”. Num contexto de emendas, de arranjos e recombinações, num mundo sabidamente fragmentado como este em que vivemos, é preciso aprender a reaprender de forma sistemática – constante e a todo momento. Neste universo, o absoluto e dogmático vem perdendo terreno e deixando de ter qualquer sentido. Não obstante tamanha evidência sobre o nosso tempo, ainda se fazem sentir as carências no imaginário estudantil por respostas totalizantes, enfáticas, definitivas, conclusivas e explicativas, como se à ciência coubesse mais explicar (*erklären*) do que compreender (*verstehen*).

A experiência de ensino em Filosofia da Comunicação ainda caminha a passos lentos. Autores como Jürgen Habermas, por exemplo, cuja contribuição é inestimável para pensarmos muitas das questões em Comunicação e mesmo em Jornalismo, precisam ser incorporados à leitura nos cursos de graduação. Jürgen Habermas é tomado apenas como um exemplo do que pode ser estudado através do pensamento sociológico e filosófico a servir de mote para a reflexão qualificada de questões centrais como os processos de comunicação e em torno de temas como o da verdade, tão caros ao jornalista em formação. Habermas se presta de forma exemplar para ser pensada a formação crítica de sujeitos numa perspectiva filosófica da comunicação, mas a flexão que aqui realizamos acaba por permitir que se reconheça, na leitura também de outros autores clássicos e ou de textos também contemporâneos, cruzamentos fundamentais para o debate qualificado de questões sempre muito fundadoras no campo do Jornalismo e ou na área da Comunicação.

É preciso tirar a discussão teórica da Comunicação apenas do eixo paralelo a questões inerentes a outras disciplinas, aos domínios de aulas de Introdução às Teorias ou ao espaço formal do ensino de Ética, por exemplo. A discussão qualificada, com base em

textos e autores, precisa perpassar as diferentes disciplinas da graduação, não apenas de modo marginal a tangenciar levemente uma fundamentação das práticas, mas de modo mais consistente, capaz de promover o questionamento em torno das práticas e as relações explicativas sobre o mundo da vida, tanto quanto as conhecidas formulações da sociologia compreensiva e tantos outros paradigmas contemporâneos. Queremos crer que, se por um lado a Filosofia da Comunicação possa e deva ser um espaço legitimado de fomento a estas questões mais reflexivas, também não deve ser exclusividade dela o seu enquadramento em matrizes curriculares.

Pensando propriamente a proposta de ensino em Filosofia da Comunicação pela facilitação temática e de acesso que nos oferece Jürgen Habermas. Seus textos e enfoques de especial contribuição, em que pese a dificuldade inicial de lê-los ao aluno ingressante, penso que podem representar um avanço na qualidade do trabalho de enfrentamento do leitor com estruturas mais bem elaboradas de pensamento, sem que as discussões teóricas se resumam à leitura fragmentada de artigos científicos e textos de menor dificuldade, como se a subestimar a capacidade intelectual de quem chega à universidade. Ao aluno de pós-graduação em Comunicação ou estudantes de outras áreas afins das Ciências Sociais, uma abordagem interessante pode se dar pelo debate em torno das ideias habermasianas de democracia deliberativa.

Contemporizamos, ainda, que os estudos em teoria social realizados por Habermas apontam para questões da doutrina clássica da política e sua relação com a filosofia, indo desde a recepção tomista da política aristotélica, do homem como animal político *zoon politikon*, até o problema do retorno dialético da teoria social ao horizonte experimental da consciência prática. O autor alemão discute a ruptura da tradição, o mundo desencantado no terreno político-real e projetado utopicamente, a questão dos desejos naturais desde uma matriz hobbesiana e a impotência do saber bem como a relação entre teoria e práxis na filosofia social. Para Habermas, efetivamente, o materialismo histórico pode oferecer uma explicação para a evolução social que se faz sentir de forma tão globalizante, que envolve tanto o contexto da gênese como da utilização da mesma teoria.

Habermas atualiza com todo seu pensamento a discussão filosófica em torno do Marxismo, fala da transformação social da formação acadêmica e da democratização do ensino superior pelo que se pergunta enquanto politização da ciência. Dogmatismo, razão e decisão se impõem como eixos para um profícuo debate.

Temos explicado em sala de aula que a opção por Habermas consiste na busca também por textos que escapem a uma hegemonia academicista vigente na realidade latino-americana e que tem aprendido a dar sempre repetido valor apenas a autores de outras tradições linguísticas, sabidamente, franceses, italianos e, principalmente, norte-americanos.

Habermas é especialmente contributivo para pensar a questão da verdade, a formação do consenso e a superação da relatividade em busca do universalmente aceito. A leitura de textos originais ou de boa tradução em Habermas qualifica o debate sempre muito endógeno em teorias da Comunicação e teorias do Jornalismo, com habituais reflexões sobre temas como a verdade ancorados em teorizações incapazes de uma reconstituição histórica e conceitual.

A verdade seria, desde Habermas, assim, uma ideia reguladora, a saber, um *ultimate*

opinion, uma espécie de materialização da razão com ênfase na natureza indefinida e universal do consenso. É exatamente neste contexto argumentativo que Habermas introduz o conceito de situação ideal de fala, na qual deva haver o mesmo direito à manifestação a todos os potenciais participantes, com iguais oportunidades a todos e que sejam todos verídicos uns com os outros, o que ele chamou de dimensão comunicativa do discurso. Como comenta a este respeito Presse (2009, p.25): “em síntese, esfera pública e distribuição equitativa dos direitos de comunicação, a não violência e autenticidade são as pré-condições para uma compreensão procedimental da verdade”.

Habermas pode ser lido como idealista à medida que em situações empíricas, as condições de comunicabilidade parecem jamais corresponder à situação ideal de fala. Impossível não remetermos para reflexões sobre o real valor que sabemos poder encontrar na idealização de mundo e nas utopias todas que, a rigor, animam nossas próprias condições de vida.

Costuma viger nos debates mais acalorados, em sala de aula, a discussão sobre o valor das utopias nas sociedades pós-modernas, justamente diante do elevado índice de desencantamentos e rupturas, fragmentações e dissociações do mundo contemporâneo. Parece haver entre as novas gerações de universitários a sensação crescente desse desencantamento de mundo, aliado a um inconformismo acompanhado de uma sensação de obviedade em relação a todos os fatos, como se habitando em um mundo que já não reserva quase nada de surpresas. Se a realidade deve forjar no homem a conformidade com o mundo, de que valor, afinal, se revestiria a verdade? Haveria mesmo alguma condição de consenso em torno dela? Qual o percurso evolutivo que a Verdade atravessou ao longo do tempo, e que nos permite falar em atualização sobre a compreensão em torno dela em nosso século?

A teoria habermasiana em torno do consenso da verdade com base em Peirce e Apel pertence às tentativas de resposta mais importantes na discussão sobre este tema em nosso século, mas não é nem de longe a primeira das indagações formais neste campo.

Desde os gregos clássicos, a questão da verdade é uma constante, mas foi na repercussão em pleno século XX, afinal, quando a discussão sobre a verdade encontrou ressonância em Nietzsche, com seu *Ueber Wahrheit und Lüge im aussermoralische Sinne*, (*Sobre a verdade e a mentira em um sentido extramoral*), de 1873, que se ouviu a possibilidade de uma verdade pensada fora do absoluto e do universal numa perspectiva incômoda e curiosa. Nietzsche empregou a ideia, tanto pragmática quanto provocativa, de que as verdades seriam possivelmente apenas algum tipo de equívoco de que necessitamos para sobreviver. Em certa medida, a verdade seria uma invenção, diremos, necessária ao conforto do pensamento e ao ajuste aparente das coisas, sem o que nos parece, desde Nietzsche, outra insuportável forma de lucidez.

Já para os fenomenólogos, a verdade estaria na perspectiva da evidência. Enquanto em Heidegger a verdade encontra substrato no conceito de *aletheia*, como desocultamento, Alfred Tarski e sua famosa teoria semântica da verdade, foi quem reformulou a teoria da correspondência, que se pensou a verdade no domínio da linguagem, ainda que abrindo mão de conteúdos metafísicos. Por meio de suas ideias, é possível conceber-se a verdade como resultado da compreensão de enunciados apoiados em fatos do real como quando se dirá que o enunciado “a neve é branca” só será verda-

deiro precisamente se a neve é branca.

O livro mais recente de Habermas, *Verdade e Justificação* (1999), renova a discussão sobre verdade porque o filósofo se permite rever seus conceitos. Ele quer ater-se ao conceito de aceitabilidade racional, pois entende que podemos nos certificar da verdade somente através da argumentação. Nesse sentido, um enunciado jamais se torna falso, mas insuficiente. Como nosso acesso ao mundo já parece sempre impregnado pela linguagem, não há nenhum caminho às coisas mesmas fora do discurso. A verdade se impõe como algo a se buscar, um desafio e, por isso mesmo, sempre muito além de qualquer real possível.

A grandeza de Habermas enquanto filósofo estará na capacidade de colocar em revisão, tantas vezes quantas lhe parecer necessário, qualquer formulação conceitual. É disso que trata, aliás, o método filosófico, a racionalidade destemida, descompromissada e renovada, necessariamente criteriosa e rigorosa, com que se caminha para chegar a compreender (*verstehen*) o mundo.

A simpatia que suas ideias trazem se deve muito pela possibilidade de não fechamento, pelas rupturas que se permite e pelo caráter inconclusivo de seu pensamento, o que o aproxima de um pensador democrático, sem a aridez habitual das explicações positivistas e das radicalidades científicas às quais muitos de seus contemporâneos e antecessores estiveram fortemente ligados.

Temas como a verdade parecem ser fortemente favoráveis a que pensemos as realidades contemporâneas dos contextos comunicacionais, mesmo e principalmente quando pensados sobre novas configurações do público e do privado, do que se considera conhecido a respeito de interatividade e convergências. Uma leitura atenta de autores como Habermas pode representar uma realocação de compreensões antes tidas como certas, como quando o autor se coloca a pensar a ilusão criada no jogo social.

Habermas (2003, p. 202) frisa que “o mundo criado pelos meios de comunicação de massa só na aparência ainda é esfera pública, mas também a integridade da esfera privada, que ela, por outro lado, garante a seus consumidores, é ilusória”. As redes sociais são, nesse sentido, campo fértil para a compreensão do mundo e das ilusões de realidade constituintes não apenas do *Lebenswelt*, mas da identidade dos sujeitos, agentes em processos comunicacionais.

No jogo entre ilusões e realidade, operam argumentos mais ou menos válidos em torno da verdade, sempre circunstanciais, invariavelmente negociáveis e, por isso mesmo, jamais absolutos ou universais. Na busca pela compreensão dessas tensões linguístico-sociais, as Ciências do Espírito (as *Geistwissenschaften*) se prestam à construção de um conhecimento igualmente válido:

O método mais importante das ciências do espírito é o compreender. Nas ciências do espírito está em pauta como vimos, em primeiro lugar e precipuamente, o conhecimento de fins que são estabelecidos com base em necessidades e ideias valorativas e do sentido que esses fins dão ao pensar e agir humanos (MAROCCO & BERGER, 2006, p.223).

Não temos como dimensionar a verdade fora do agir humano. Não há como pensar a verdade sem ancoragem no pragmatismo. Ferry (2007) dirá, por exemplo, sobre a antinomia da verdade e a fundação última da razão, que o debate filosófico contemporâneo surge atravessado pelo pós-hermenêutico, pós-pragmático e pós-revolução linguística, sob o signo de um pensamento que se quer, afinal, pós-metafísico. Nas análises de Ferry, desfiam-se conceitos de Rorty Putnam, Habermas, Wellmer e Apel, entre outros cruzamentos desde Hegel ou mesmo Frege. Na abordagem didática que fazemos em Filosofia da Comunicação, inserimos tanto estes e outros autores quanto seus interlocutores e ou comentadores, de modo a garantir uma visão mais histórica e contextual do conjunto de pensamento de uma época e tradição.

Para trabalhar com textos dessa complexidade, é necessário um esforço por um nivelamento inicial, bem como a garantia da leitura orientada. O ato de ler, nessa perspectiva, não se resume à decifragem de signos da escrita, nem se apoia na expectativa da compreensão facilitada por leituras primeiras. Ao aluno universitário é insistido que compreenda a leitura enquanto um trabalho, a capacidade de inferência a textos quaisquer como resultado do conhecimento anterior e por isso mesmo, a discussão dos textos se faz acompanhar de informações históricas, de valor autoral, do alcance das críticas no contexto em que as obras tenham sido publicadas e do resgate das compreensões conhecidas sobre estes textos mesmos, de forma a que o estudante possa se movimentar com a mínima segurança e sempre melhor nas leituras coordenadas que se seguirem e se repetirem, pois cada texto, quando relido, é um outro texto que se dá a conhecer.

Nessa perspectiva, ler implica o ato da leitura em mais vezes de um mesmo texto, a leitura tomada não com hedonismo, mas como técnica de estudo e acesso ao pensamento complexo e elaborado. Leitura como efetivo trabalho acadêmico. A acessibilidade ao ensino superior não deve ser apenas formal, no ingresso e condição de vaga. Ela precisa ser também o acesso a novas e diferentes formas de pensar e articular a linguagem, com enfrentamento pelo aluno e pelo professor diante das dificuldades, sem receios maiores, sem reducionismos ou crenças de subestima.

O ensino de Filosofia da Comunicação pode ser o caminho para o enfrentamento de uma formação de novos leitores, de jornalistas outra vez desconfiados não apenas com o dizer, mas com o que é dito. Uma vez capacitados para a leitura de textos complexos estarão capacitados para compreensões sempre mais complexas do jogo de relações a que se encontrarão assujeitados, inevitavelmente, se no mercado de trabalho apenas responderem ao desafio das indústrias da informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRY, Jean-Marc. **Filosofia da Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría y Praxis: Estudios de filosofia social**, 5ed. Madrid: Tecnos, 2008.

_____. **Mudança Estrutural na Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e Filosofia da Comunicação**. Coleção Ensaios Transversais, n. 26. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa. **A Era Glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. **Obras Incompletas. Seleção de textos de Gérard Lebrun**. São Paulo: Editora Abril, 1983.

_____. **Ecce Homo**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

PRESSE-SCHAEFFER, Walter. **Comprender Habermas, 3ed.** Petrópolis: Vozes, 2009.

ROSA, Guimarães. **Grande sertão: Veredas, V. 2**. Lisboa: Editora Nova Aguilar, 1994.

SOUSA, Mauro Wilton de. **Novas Linguagens**. Coleção Viva Voz. São Paulo: Editora Salesiana, 2001.